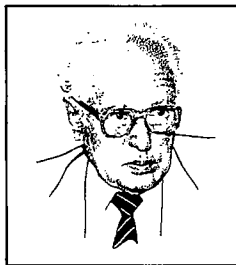


# Ensino básico no Brasil

O ministro da Educação, Paulo Renato de Souza, apresentou ao Congresso emenda constitucional alterando a distribuição dos recursos que a Constituição reserva para o ensino, de modo a garantir uma maior parcela para a educação básica. Com isso se espera poder aumentar o salário dos professores, estabelecendo como piso R\$ 300 mensais.

A iniciativa do ministro é louvável, mas carrega consigo os problemas que todas as iniciativas a favor da educação básica têm no Brasil: esboça um quadro futuro brilhante, mas expectativas que correm o risco de não se concretizar.

A proposta faz sentido porque a Constituição é confusa no que se refere à responsabilidade pela educação básica: ela é distribuída entre os municípios e os Estados, deixando à União apenas um papel supletivo (merenda, livros, ônibus, prédios escolares, etc). Com isso se implantaram nos milhares de municípios brasileiros sistemas de ensino mistos: em alguns, as despesas são cobertas pelo próprio município, em outros, é o Estado que arca com as despesas, e no Distrito Federal (Brasília) a União contribui pesadamente. O número de profes-



**Movimento sindical só teve efeito perverso de garantir aos professores um péssimo salário**

sores é enorme (mais de 1 milhão) e os salários são baixos, o que provavelmente é a causa principal dos problemas que o sistema enfrenta.

Contrariamente ao que políticos de várias matizes e parte da imprensa veiculam, ocorreram grandes progressos nas últimas décadas: não há falta de salas de aula (apesar de sua qualidade ser discutível), mais de 95% das crianças em idade escolar vão à escola (apesar de não

permanecerem lá por muito tempo) e o número de analfabetos está caindo. O que muitas pessoas não se dão conta é que o analfabetismo só é importante nos bolsões de pobreza do Nordeste e concentrado na faixa etária dos adultos de mais de 40 anos que não foram à escola quando deveriam ter ido, 30 anos atrás.

O que não melhorou foi a *qualidade da educação*, que é muito mais difícil de fazer do que construir prédios melhores. É por isso que os Cieps, Ciacs e Caics não constituem, isoladamente, soluções para o problema do ensino básico, apesar de contribuírem para tal.

Melhorar essa qualidade é o grande desafio de todos os secretários de Educação e do próprio mi-

nistro, mas ele passa pelo problema da remuneração: enquanto a profissão de professor não for valorizada e for menos remunerada que a de secretária, motorista, vigia, mecânico, etc., não haverá nem bons professores nem bom ensino.

A proposta do ministro pretende resolver esse problema obrigando municípios, Estados e União a dedicar 60% dos recursos que aplicam na educação ao ensino básico. Com isso municípios e Estados que só investem em faculdades municipais ou ensino pré-escolar terão de mudar a destinação desses recursos. Não há nada de errado com a proposta, exceto que ela não pode fazer o milagre da "multiplicação dos pães". Tudo o que se investe em educação no Brasil é pouco porque o produto interno bruto não é grande: em média gasta-se menos de R\$ 300 por aluno ao ano, quando seria preciso gastar pelo menos cinco ou dez vezes mais, que é o que cobram as escolas particulares. Além disso, muitos municípios, sobretudo no Sul do País, já investem pesadamente no ensino básico e para eles a mudança na Constituição não vai mudar nada.

Para muitos municípios do Norte do País, contudo, o governo federal vai arcar com as despesas adicionais, o que diminuirá a pressão sobre os prefeitos para que invistam mais em educação. Além disso, a dependência maior do governo federal nessa área não é uma boa política, nem é claro de onde sairiam os recursos adicio-

nais da fração do Orçamento do Ministério da Educação dedicada às Universidades.

É por isso que nos parece irrealista a proposta do ministro: se for aprovado pelo Congresso — o que é complicado e difícil, como se tem visto em outras iniciativas do governo —, não resolverá o problema de gerar mais recursos e até lá tudo continuará como agora.

O que pareceria mais pragmático seria encorajar a municipalização real do ensino básico, como fizeram vários governantes do Sul do País: há municípios ricos que não investem em educação básica porque os Estados arcam com ela, o que é muito confortável para os prefeitos que se opõem à municipalização. Além disso, opõem-se à municipalização as associações de professores, pelo temor de enfraquecer o movimento sindical. Esse movimento, por mais forte que seja, organizando greves todos os anos, até hoje só teve o efeito perverso de garantir a todos um péssimo salário.

Liderar um movimento nacional para a municipalização não exige nenhuma modificação na Constituição, depende apenas de vontade política, e poderia ser começada imediatamente e implantada gradualmente. Talvez o esforçado ministro da Educação devesse considerar seriamente essa estratégia.

■ José Goldemberg foi reitor da USP e ministro da Educação